

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 5.746, DE 2005 (Aposos os PL nº 6.130, de 2005, e 296, de 2007)

Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado ZONTA

I - RELATÓRIO

Por intermédio do Projeto de Lei nº 5.746, de 2005, o Senado Federal propõe alteração no art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, de modo a reduzir de 60 kg para 30 kg o peso máximo que um empregado pode remover individualmente.

O Projeto tem como um de seus argumentos o fato de o limite vigente de 60 kg ter sido fixado há mais de meio século, oportunidade em que era incipiente a utilização de sistemas mecanizados de transporte de materiais, como empilhadeiras e esteiras rolantes.

Apensos ao Projeto encontram-se os Projetos de Lei nº 6.130, de 2005, e nº 296, de 2007, pelos quais os Deputados Selma Schons e Marcelo Melo propõem, respectivamente, a fixação em 25 kg e em 30 kg para o limite de que se trata. A redução proposta pelo Deputado Marcelo Melo restringe-se ao transporte manual de sacarias, aí compreendidas as tarefas de levantamento e de deposição.

As três proposições submetidas à apreciação deste relator mantêm o dispositivo do art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que excepciona do limite estipulado para o esforço a ser suportado na remoção de material aquele necessário para a impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros-de-mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos.

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 5.746, de 2005, foi distribuído para análise desta Comissão (art. 24, II) e posterior manifestação das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (art.24, II) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

À Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural compete analisar a proposição quanto ao mérito, nos termos do disposto no inciso I do art. 32 do Regimento Interno. Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O limite de 60 kg para o esforço a ser suportado por um trabalhador na remoção de objetos foi estabelecido há mais de 60 anos pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que consolidou as leis trabalhistas do País. À época, o limite de 60 kg, hoje considerado elevado, justificava-se, pois os meios para a substituição da força humana por sistemas mecânicos eram precários e os sistemas logísticos, menos flexíveis.

Dadas as transformações experimentadas pelos sistemas logísticos e os avanços tecnológicos verificados desde a edição do Decreto-lei

5.452, de 1943, em especial no que se refere à incorporação aos sistemas de transporte e movimentação de materiais de esteiras rolantes, empilhadeiras, paleteiras e outros equipamentos de pequeno e médio porte, parecem-nos oportunas as propostas de redução do limite de que se trata, consubstanciadas na forma do Projeto de Lei nº 5.746, de 2005, e dos Projetos de Lei nº 6.130, de 2005, e nº 296, de 2007, apensos ao primeiro.

Na avaliação deste relator, das três proposições em análise, a que mais se apresenta como factível, dada a realidade brasileira, é a que reduz de 60 kg para 30 kg o peso máximo que o trabalhador pode suportar individualmente. Caso aprovada, a medida demandará adequação dos sistemas logísticos de diversos segmentos produtivos que integram a atividade econômica do País, no sentido da redução do volume das embalagens de muitos de seus produtos. Esse esforço beneficiará os trabalhadores do campo e das cidades, que tenderão a sofrer menos acidentes laborais e a ver reduzida a constância de dores lombares, bem como de lesões na coluna vertebral.

Do ponto de vista desta Comissão, acredito ser a mudança benéfica ao setor agropecuário, já que em seu âmbito será facilitada a movimentação de insumos e produtos. Benefícios também serão experimentados pelo sistema produtivo, que tenderá a ver reduzidos os afastamentos por problemas relacionados ao esforço físico demasiado de seus trabalhadores, bem como pelo sistema de seguridade social, que economizará recursos com a redução de lesões em trabalhadores.

Pelas razões expostas, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.746, de 2005, e pela rejeição dos Projetos de Lei de nº 6.130, de 2005, e nº 296, de 2007.**

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Zonta
Relator